

Comité Nacional Para os Direitos Humanos (“CNDH”)

**RELATÓRIO DA MISSÃO ÀS ILHAS DE SAL, S. NICOLAU E
BOAVISTA, DE 22 DE SETEMBRO A 02 DE OUTUBRO DE
2002**

(Realizada para divulgação do projecto de elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos, previsto no Decreto-Lei n.º 19/2001, de 24 de Setembro e recolha de contribuições da sociedade civil e das autoridades locais)

Redigido por:

Rui Araújo

- Jurista, Consultor Nacional para a elaboração do PNADH

1. Introdução

Os objectivos da missão relatada no presente documento eram os mesmos referidos no ponto 1 do relatório da missão efectuada às ilhas de S. Vicente e Santo de 17 a 24 de Julho do corrente ano, redigido pelo ponto focal do HURIST em Cabo Verde, Mlle Geraldine Becchi.

Em suma, foram missões para divulgação de projecto do elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos (abreviadamente aqui designado “*PNADH*”), a cargo do Comité Nacional para os Direitos Humanos (“*CNDH*”) criado pelo Decreto-Lei n.º 19/2001, de 24 de Setembro e para recolha de contribuições da sociedade civil e das autoridades locais.

Como foi esclarecido naquele relatório, essas missões enquadram-se no âmbito da segunda fase dos trabalhos, de acordo com a metodologia definida no seminário realizado na cidade da Praia a 6 e 7 de Julho de 2002.

2. A missão à três ilhas:

2.1. Aspectos comuns da missão nas três ilhas

A missão decorreu de 22 de Setembro a 02 de Outubro/2002.

A delegação, constituída pela Dra. Vera Duarte, Coordenadora do CNDH, Mlle Geraldine Becchi, ponto focal do programa HURIST em Cabo Verde e Dr. Rui Araújo, Consultor Nacional para a elaboração do PNADH, chegou à ilha do Sal no dia 22. No dia 25 seguiu para S. Nicolau, de onde partiu para a Boavista no dia 28, via Sal, só tendo chegado a Boavista a 29, por adiamento do voo Sal - Boavista. A 02 de Outubro partiu para Praia.

Em S. Nicolau e Boavista a delegação reuniu-se, primeiro, com o Presidente da Câmara. Não assim na ilha do Sal, por razões alheias à vontade da delegação.

Em todas as ilhas a delegação efectuou seminários com as pessoas previamente convidadas pelo ponto focal respectivo – representantes de instituições (Estado, poder local, confissões religiosas) e elementos vários da sociedade civil em geral.

Essas reuniões, como já tinha acontecido em S. Vicente e S. Antão, utilizaram a técnica do *brainstorming*.

Em todas as três ilhas e em todos os encontros com a população a metodologia seguida foi a seguinte:

- A Coordenadora, Dra. Vera Duarte, apresentou o Comité (modo de criação, antecedentes, objectivos, composição e razões da mesma), apresentou ou outros membros da delegação, falou do PNADH e da metodologia pretendida para a sua elaboração, teceu breves considerações sobre os direitos humanos e sua pertinência em Cabo Verde, explicou qual era o objectivo do encontro e depois passou a palavra à Mlle Geraldine Becchi para falar do programa do HURIST.

- Mlle. Geraldine Becchi falou efectivamente do programa HURIST, referindo-se a Cabo Verde e a outros países contemplados por esse mesmo programa.

- Depois a Coordenadora passou a palavra ao Dr. Rui Araújo para expor mais de vagar sobre os direitos humanos em geral e em Cabo Verde em especial, a fim de lançar o debate.

- O Dr. Rui Araújo falou sobre direitos humanos, finalizando a sua intervenção com referências gerais a direitos humanos concretos, a título de exemplo, e solicitando à assembleia se pronunciasse sobre a existência ou não de violações dos direitos referidos ou outros.

Finalmente a Coordenadora lançou o debate, convidando os presentes a intervirem de forma descontraída. Informou que o período da manhã seria para o inventariar dos problemas e o período da tarde reservado às propostas de sugestões.

Seguiu-se, em todas as três ilhas, sob coordenação da Coordenadora do CNDH, sessões muito participadas pela assembleia, só interrompidas pelo almoço – realizado no próprio local -, sendo apenas pontuais e breves as intervenções dos membros da delegação que, no essencial, se limitaram a ouvir e apontar.

A lista dos participantes nessas reuniões encontra-se no fim deste relatório.

Vai-se de seguida apresentar os relatórios específicos concernentes a cada ilha.

Em cada uma desses relatórios referir-se-ão, de entrada, alguns traços do perfil sociológico da ilha em causa, tendo como fontes básicas o “*Censo 2000*” e o “*Relatório Sobre o Estado da Justiça*”, documento debatido em Outubro/2002 na Assembleia Nacional; depois falar-se-á do trabalho realizado na ilha, começando por uma notícia geral desses trabalhos, para então apresentar os problemas levantados e as recomendações feitas.

* * *

2.2. Missão à ilha do Sal

2.2.1. Aspectos do perfil sociológico da ilha:

Sal integra o grupo das ilhas de Barlavento, juntamente com S. Nicolau, S. Vicente, S. Luzia (inabitada), S. Antão e Boavista. Tem uma **superfície** de 216 Km² e uma **população** estimada de cerca de 15.000 habitantes. A **densidade populacional** é de 68.5 habitantes por Km².

Tem dois centros populacionais importantes: a Vila de Santa Maria e a de Espargos. Esta última alberga a sede do Município.

É uma ilha essencialmente turística e de prestação de serviços. Alberga as maiores infra-estruturas hoteleiras do país. Nela situa-se a sede de uma das maiores empresas

públicas nacionais, hoje sociedade anónima de capitais públicos: a ASA – Empresa de Aeroportos e Segurança Aérea, Sarl -, bem como a sede do Serviço Nacional de Meteorologia.

Em termos de equipamentos educativos, dispõe de estabelecimentos do EBI (ensino básico integrado) e do ensino secundário.

No que respeita ao sector da Justiça, dispõe de um tribunal de comarca de 2ª classe, com competência genérica. Á frente desse Tribunal encontra-se um magistrado judicial. Dispõe de uma Procuradoria da República, à frente da qual se encontra um magistrado do Ministério Público.

Em termos de movimento processual no Ministério Público e nos tribunais, os índices registados em 2001 na ilha do Sal são os seguintes:

Tribunais:

- **Processos Cíveis:** De um total de 224 processos, transitaram para o corrente ano de 2002, 143 processos;
- **Processos Crime:** De um total de 169 processos, transitaram para 2002, 26 processos;

Procuradoria da República:

Dos 23 processos relativos a crimes sexuais pendentes, 4 foram arquivados, 9 foram acusados, tendo transitado para 2002 10 processos.

No que toca a crimes contra a propriedade, para um total de 51 casos, 9 foram acusados, 19 arquivados, tendo transitado para o corrente ano, 23 processos.

No que respeita a processos sobre crimes contra a honra, para um total de 25, foi acusado 1, foram arquivados 3, transitando os restantes 21 para o corrente ano. Dos 6 homicídios voluntários registados, todos ocorridos durante o ano de 2001, foi acusado 1, tendo transitado os restantes 5 para o corrente ano de 2002.

Em termos de crimes contra a ordem pública, registaram-se apenas dois casos e ambos foram arquivados.

No que respeita a processos relativos a estupefacientes, para um total de 18 casos, foram acusados três, tendo transitado os 15 restantes para o corrente ano de 2002.

No que respeita a menores, deram entrada na Procuradoria da Republica do Sal durante o ano de 2001, 4 processos de alimentos, que foram todos encaminhados para o Tribunal.

Registaram-se 61 casos de investigação de paternidade, dos quais 31 transitados dos anos anteriores. Desses 61 processos, 8 foram encaminhadas para o Tribunal, tendo transitado 53 para o ano 2002.

2.2.2. O trabalho realizado na missão à ilha do Sal:

A) Notícia geral

O encontro com a população foi no dia 23 de Setembro, a partir das 9,30 h., no salão nobre dos Paços do Concelho.

No dia 24, porque havia um encontro de juventude, não era possível trabalhar. Contudo, assistiu-se a esse encontro, que foi muito produtivo em termos de dados fornecidos.

Dar-se-á de seguida notícia indiscriminada das questões levantadas no encontro de 23 e das concernentes ao encontro de juventude do dia 24.

B) Os problemas levantados no encontro de 23

De uma maneira geral, os intervenientes colocaram a tónica dos problemas da ilha concernentes ao respeito pelos direitos humanos em questões de ordem social ligadas, em primeiro lugar, ao crescimento do turismo.

Os presentes consideraram que o desenvolvimento turístico da ilha, centrado fundamentalmente em Santa Maria, vem criando problemas sociais da mais diversa ordem, em diversos domínios, encontrando-se as maiores violações de

direitos humanos na área laboral e sendo vítimas principais delas as mulheres.

Ainda em termos de discriminação em razão do sexo, apontou-se o facto de algumas unidades hoteleiras contratarem trabalhadores por um período de estágio ou experiência, especialmente para programas de época alta, durante o qual lhes pagam um salário muito irrisório (referiu-se a cifra de 4.000\$00/mês como exemplo), no qual, ainda por cima, fazem vários descontos, nomeadamente para transporte e alimentação, chegando ao ponto de, em virtude de tais descontos, esses trabalhadores estagiários quase nada ou mesmo nada receberem.

Findo o período de experiência - ou “estágio”, como se usam dizer os hoteleiros - o estagiário é despedido porque não deu provas (e, portanto, não chega a ganhar um verdadeiro salário), ou então esse período de experiência é prorrogado e “*eternizado*” sem que o trabalhador chegue a ser considerado mais do que estagiário antes de ser despedido.

No que concerne aos descontos para transporte, é de dizer que a maior parte desses trabalhadores reside na Vila de Espargos, a cerca de 18 Km de Santa Maria, pelo que têm de ir de manhã e voltar no fim do dia, o que os obriga não só a despesas de transporte, como também à necessidade de tomarem refeições no hotel, já que este naturalmente não os aceita com ar de terem fome.

Os presentes citaram casos de mulheres trabalhadoras, estagiárias ou não, sujeitas a assédio sexual cuja rejeição teria consequências negativas para elas no trabalho, levando, em alguns casos, a uma situação em que os responsáveis ou pessoas influentes do hotel, seja por conivência com os “*autores*” de uma gravidez subsequente, seja por conveniência pura do hotel, “*aconselham*” a mulher a abortar, sob pena de ela “*ir para casa*”, ou seja, ser despedida.

E esta última medida – disse-se - tem sido tomada em quase todos os casos de gravidez. Ou seja, as trabalhadoras cabo-verdianas desses hotéis estão proibidas de engravidar, sob pena de serem despedidas.

Os hotéis não querem mulheres grávidas, mas ao mesmo tempo não lhes permitem qualquer deslocação aos serviços de Protecção Materno - Infantil.

Um interveniente disse, para descrever essa situação laboral, que existe escravatura na ilha do Sal.

A discriminação em razão do sexo é comum na ilha e não só nos hotéis: no Sal, se uma mulher se apresenta a um concurso com os melhores requisitos perde a favor de um homem qualquer porque se prefere este que não tem problemas de gravidez.

Questionou-se se alguns hotéis dão realmente algum contributo positivo para a economia e para a vida social do país. Os turistas pagam tudo lá fora, aqui o hotel oferece-lhes o que precisam. Não entram divisas para o país e a maior parte desses turistas nada compram na ilha.

Como sinal de despreocupação dos hotéis quanto a problemas sociais, citou-se ainda o caso de um hotel que deverá vir a ter um número elevado de empregados, em local afastado de qualquer centro habitacional, mas não constrói casa para esses empregados. A consequência natural será a situação dos descontos para transporte e toda uma série de outros inconvenientes.

Assim, reconhecendo embora a maioria dos presentes (quase todos) a importância económica global do turismo para o desenvolvimento da ilha do Sal e não só, os presentes dum modo geral consideraram existir aspectos perversos do turismo que se está a praticar na ilha, contra os quais é urgente fazer-se algo.

Um desses aspectos foi apontado como sendo um exagerado elitismo, que em Santa Maria praticamente exclui o cidadão salense, que não pode penetrar em parte substancial da vila porque encontra muitas dificuldades para entrar nos hotéis.

E elitismo não só pelos preços proibitivos, que tornam a vida em Santa Maria muito cara (a ponto de a maior parte das compras das pessoas de Santa Maria ser feita nos Espargos),

como porque existem mesmo casos de real dificuldade pessoal à entrada de salenses em tais hotéis.

Numa frase lapidar, uma pessoa presente disse que as autoridades vêm esquecendo os problemas sociais da ilha ou perspectivando-os apenas em função do turismo, isto é, os males sociais da ilha são os comportamentos que não contribuem para o turismo, enquanto os outros serão bons, independentemente do seu teor real, se estiverem em conformidade com as necessidades do turismo.

Referiu-se que a ilha do Sal é desfalcada de polícias, que não se vêem na rua. Mas a esse propósito, e também lapidariamente, alguém disse que Santa Maria não é Cabo Verde e que os polícias guardam os hotéis, mas que ninguém guarda a população.

Outro problema de ordem social correlacionado com o desenvolvimento turístico é o da quantidade de crianças de e na rua. Antes de mais, porque muitas mães solteiras de Espargos vão trabalhar a Santa Maria, voltando só ao fim do dia, e deixam essas crianças abandonadas.

Por outro lado, muitas crianças que circulam pela ilha, de nove, dez, onze, doze ou treze anos (vindas de outras ilhas, nomeadamente, S. Vicente e S. Nicolau, mas também da ilha de Santiago) praticam furtos e actos de vandalismo e andam a pedir esmolas, vivendo praticamente na rua, ocorrências essas que não existiam na ilha até há bem pouco tempo. A ilha do Sal tem 12% a 14% das crianças de e na rua do país, disse-se.

Referiu-se que os capitães dos barcos não conseguem evitar o transporte para o Sal dos menores oriundos das outras ilhas porque aparece sempre um adulto a assumir perante eles a responsabilidade da criança. Afirma-se que na ilha do Sal existem muitas crianças de treze e catorze anos a trabalhar.

Na ilha do Sal existe muita necessidade de creches e jardins infantis.

Também se diz que na ilha existe um número relativamente elevado de casos de violação sexual de crianças e

adolescentes, mas muitas vezes são os próprios pais a encobrir o facto por razões de diversa ordem, sendo preocupante que em alguns casos essa razão poderá ter a ver com dependências económicas e outras em relação ao violador.

Opinou-se que a idade de doze anos é baixa ou insuficiente, devendo subir, pelo menos, para catorze anos a idade até à qual as autoridades podem e devem agir em caso de violação independentemente de qualquer queixa.

Paralelamente, uma pessoa defendeu que se deve baixar para dezasseis anos a maioridade, uma vez que não faz sentido que alguém possa namorar e não ir a uma boíte. Não deixou claro se defendia a ideia ou se apenas mostrava o lado “*absurdo*” de uma situação.

Diz-se que na ilha do Sal o adolescente está desprotegido em virtude dos seus próprios direitos porque, se o adolescente é encontrado junto a uma boíte, as autoridades nada podem fazer pela força, podendo quando muito levá-la até aos respectivos pais, mas estes, por sua vez, dizem que não conseguem controlar os filhos adolescentes perante a pressão e os convites da sociedade.

Foi referido que na ilha do Sal há uma elevada taxa de gravidez precoce como consequência de um ambiente desregrado, confuso e sem valores.

De uma maneira mais geral muitos intervenientes vincaram que na ilha se faz sentir a todo o nível um problema que se poderá resumir na ideia de que todos entendem ter muitos direitos, mas de deveres não se quer saber. Disse-se mesmo que esse desfasamento entre direitos e deveres se traduz numa certa crise de autoridade.

Alguém referiu essa mesma questão numa outra perspectiva, a perspectiva do peso do voto no exercício da autoridade quando, por exemplo, é tolerada, para não dizer incentivada, a participação de crianças e adolescentes até altas horas em festivais e outros eventos nocturnos.

Além disso, existe na ilha uma grande falta de actividades pós - horário de trabalho.

Na ilha do Sal é crucial o problema de habitação, o que está na base de alguns problemas sociais, face ao crescimento acelerado da população.

Foi apontada, nesse contexto, ainda em termos de problemas sociais (sempre os problemas sociais!), a questão de certo choque cultural e alguns problemas ligados à imigração de cidadãos da Costa de África, que, atendendo a esse grave problema habitacional da ilha do Sal, vivem em condições algo chocantes para a cultura de um salense, dormindo em números elevados como vinte pessoas num mesmo quarto e, muitas vezes, tomando banho completamente nus junto à porta dessas residências.

Frisou-se que muitos de tais cidadãos se encontram em situação ilegal e que chegam à ilha por via marítima, havendo suspeitas de estarem ligados, alguns deles, à droga e à prostituição.

Também se apontou a situação de muitos residentes na ilha de Santiago que se deslocam à ilha do Sal, pelas oportunidades que ela oferece, e também à falta de habitação, dormem em situações semelhantes às já referidas.

Referiu alguém que na sua venda ambulante muitos dos cidadãos imigrantes da costa de África se aproximam e estão nas áreas onde existe muito turismo, constituindo um factor contrário ao desenvolvimento turístico.

Contrapôs outra pessoa dizendo ser essa perspectiva incorrecta por desprezar os direitos humanos dessa gente e ver um problema social apenas na óptica do turismo.

Nesse ponto, frisou um membro da delegação que, independentemente de qualquer ponto de vista sobre a questão, os direitos humanos se aplicam a todos os homens, pelo simples fato de o serem, e não apenas a cidadãos. Assim, concluiu, importa encarar de frente os problemas sociais da ilha correlacionados com o turismo, na sua vertente de cruzamento e entrosamento de culturas diferentes, com

eventuais conflitos. Sejam os contactos com italianos, em situação económica privilegiada, sejam os com os imigrantes de África ou outros que demandam as oportunidades da ilha do Sal.

Outro problema social relevante na ilha é o das pessoas idosas, a quem os jovens não dedicam o necessário respeito e a quem a sociedade salense não protege. Os velhos são uma minoria na ilha e ninguém reivindica a favor deles. Não existe um programa de Verão para os velhos. A Câmara Municipal tem um centro de idosos que fornece alimentação a vinte velhos. Mas não há qualquer apoio afectivo aos mesmos.

Foi referido que na ilha do Sal existe uma situação de medo a todos os níveis. As mulheres têm medo de denunciar a sua situação de discriminação no emprego para o não perderem. Suspeita-se que muitos crimes sexuais ficam “abafados”, como já se disse.

A esse propósito, afirmou-se que as autoridades, nomeadamente policiais, parecem não estar vocacionadas ou interessadas num certo tipo de questões que têm a ver com a liberdade sexual. Assim, se aparece um caso de violação ou exercício de força por parte de um namorado, a polícia chega a dizer algo do género à namorada queixosa: “*nha dja nha rapendi*”. Isto é, permitiste e não venhas com arrependimento.

Existe também medo e discriminação por razões políticas. Assim, quando alguém da ilha fala ao telefone para ser ouvido na comunicação social esconde em regra o nome com receio de perder o emprego.

Na Função Pública, há medo da perseguição política que se traduz em perda de emprego e transferências para as outras ilhas. Portanto, não há verdadeira liberdade de expressão. Um agente policial relatou ter sido colocado por castigo durante cinco anos na ilha de Sto. Antão por ter impedido uma manifestação ilegal que, por razões apenas políticas, não se queria que fosse impedida. “*Cumpri o meu dever e fui punido porque isso não agradou*” – disse.

Em suma, os presentes insistiram em como os maiores problemas da ilha não são de ordem económica, nem estão ligados ao desemprego, que não é significativo na ilha, se não na perspectiva de um certo desfasamento entre as expectativas de emprego e o emprego real, que não satisfaz, dentro do quadro acima descrito.

Assumem e insistem que os maiores problemas da ilha são de ordem social e existem limitações de direitos civis no que toca à liberdade de expressão, em virtude do medo e da discriminação por razões políticas.

É unânime a opinião de que a ilha não está apetrechada de quadros técnicos suficientes e capazes para enfrentarem os problemas, especialmente os de área humana e social, quadros esses que fogem da ilha em virtude do elevado custo de vida da mesma. Além de que, como acima referido, as preocupações com o turismo subalternizam preocupações sociais.

Um exemplo citado foi a transferência de pessoas das casas de lata para bairros onde essas pessoas não têm espaços para as suas actividades e estruturas sociais habituais. Resolve-se o problema material da habitação sem qualquer preocupação com problemas sociais ligados à solução encontrada.

Por exemplo, na transferência das pessoas do bairro pobre do Alto de S. João para as casas do IFH feitas para as acolher há situações em que não se sabe quem é o dono dessas casas. Assim, nos casos de decomposição do lar tem prevalecido a situação de facto consumada de o marido ou homem ficar como se fosse o proprietário único da casa.

Isso tudo, repete-se, por uma total ausência de preocupações sociais de fundo em tais acções, que não têm qualquer acompanhamento de técnicos de área social.

Não existe na ilha qualquer funcionário da Inspeção do Trabalho, nem da Direcção Geral do Trabalho e Emprego. O ICM tem na ilha apenas dois técnicos sociais. O ICM sabe onde estão as crianças de rua e quem são os seus pais, mas nada pode fazer por falta de meios.

A Câmara Municipal só tem uma técnica da área social e na ilha só existe uma psicóloga, ligada à ASA. Não é possível nenhum acompanhamento aos jovens, numa ilha em que de acordo com os dados do Censo 2000, a juventude representa 70% da população.

Contudo, é de notar que existem na ilha 60 associações juvenis reunidas à volta da Liga das Associação Juvenis do Sal – a “LAJE – Sa”. E é sintomático que numa ilha - a única do país - em que as mulheres são minoria, elas estão em maioria nessas associações.

Existe uma biblioteca em Palmeira e vai-se inaugurar uma outra brevemente.

A cadeia civil não tem condições para receber mulheres. Não se pensou em mulheres.

Finalmente um outro problema referenciado, o da necessidade de formação profissional na ilha, quer a ligada ao turismo, quer outras, face à falta de alternativas para o jovem que termina o 12º ano.

A Câmara Municipal tem feito uma razoável infra - estruturação, nomeadamente com polivalentes, mas não existe qualquer aproveitamento ordenado dessas infra-estruturas.

Um dos presentes referiu que os países ricos que timoneiam a globalização e no quadro dessa globalização acabam por estar ligados a todos esses problemas sociais provocados nos países pobres e sem estruturas adequadas para a acolher, com reflexos directos no respeito pelos direitos humanos dos cidadãos desses países, nomeadamente em termos de conflito de identidade cultural, deviam também fornecer meios financeiros destinados aos esforços necessários à solução desses problemas.

Enfim, considera-se que em virtude do turismo praticado na ilha do Sal ela está a perder a sua identidade e que existe na ilha degradação do ambiente social, em virtude da quebra do sentido do dever, a favor da exclusividade de direitos. Assim, acontecem hoje fenómenos que há poucos anos eram

impensáveis, como soldados assaltarem turistas ou furtarem em hotéis.

C) Recomendações:

As recomendações, ou sugestões para a solução de problemas saídas do encontro, podem ser resumidas no seguinte:

1. Maior quantidade de quadros para a ilha, especialmente os da área social, mas não só;
2. Aumento do efectivo policial;
3. Incremento de uma cultura, por parte das autoridades da ilha, de preocupação com os problemas sociais e os direitos humanos enquanto tais e não apenas em função do seu reflexo na actividade turística;
4. Colocação de quadros da Inspecção do Trabalho na ilha e reforço do ICM em quadros e meios;
5. Uma presença mais activa dos sindicatos e das organizações de mulheres;
6. Sistematização de todas as convenções internacionais em matéria laboral que Cabo Verde ratificou e sua remessa às instituições e divulgação
7. Criação na ilha de uma estrutura organizacional ou associativa com suficiente independência e capacidade de acção, eventualmente não ligada ao Estado, mas a uma entidade promotora e protectora dos direitos humanos - com real capacidade de denúncia dos problemas;
8. Atribuição de maior poder de intervenção oficiosa do Ministério Público, mesmo contra a vontade dos pais, especialmente nos casos de crimes sexuais contra menores, nos quais esse poder deve ser estendido até à idade de 14 anos.
9. Criação de um museu etnográfico.

2.3. Missão à ilha de S. Nicolau

2.3.1. Aspectos do perfil sociológico da ilha

S. Nicolau integra o grupo das ilhas de Barlavento e cobre uma área de 343 Km². Tem dois centros populacionais importantes: a Vila da Ribeira Brava e a Vila do Tarrafal.

A sede do Município situa-se na Vila da Ribeira Brava. Tem um total aproximado de cerca de 14.000 mil habitantes. É uma ilha com vocação predominantemente agrícola. Tem alguma tradição na indústria de transformação do pescado.

Em termos de equipamentos educativos, dispõe de estabelecimentos do EBI e de estabelecimentos de ensino secundário. Em termos de incidência da pobreza, 43,5% da população é considerada pobre e 23,4% é considerada muito pobre.

No respeitante à Justiça, dispõe de um tribunal de comarca de 2ª classe, com competência genérica. À frente desse Tribunal encontra-se um magistrado judicial. Dispõe de uma procuradoria da república, à frente do qual se encontra um magistrado do Ministério Público.

Quanto ao movimento processual no Ministério Público e no Tribunal, os dados registados em 2001 na ilha de S. Nicolau são os seguintes:

Tribunais:

- **Processos Cíveis:** De um total de 160 processos pendentes no Tribunal, transitaram para o corrente ano de 2002, 79 processos;

- **Processos Crime:** De um total de 121 processos, transitaram para 2002, 26 processos;

Procuradoria da República:

Dos 19 processos relativos a crimes sexuais pendentes, sete foram arquivados, 7 foram acusados, tendo transitado para 2002 5 processos.

No que toca a crimes contra a propriedade, para um total de 48 casos 5 foram acusados, 16 arquivados, tendo transitado para o corrente ano 27.

No que respeita a processos relativos a crimes contra a honra, para um total de 13, foram acusados 8 e arquivados 5, transitando os restantes para o corrente ano.

Dos 4 homicídios voluntários registados, todos transitados de anos anteriores, foi acusado 1, transitando os demais para o ano de 2002.

Em termos de crimes contra a ordem pública, para um total de treze, todos transitados dos anos anteriores, foram acusados 6, transitando para o corrente ano 6.

Encontra-se pendente na Procuradoria da Republica de S. Nicolau apenas um processo relacionado com estupefacientes, transitado dos anos anteriores.

No que respeita a menores, deram entrada na Procuradoria da República de S. Nicolau durante o ano de 2001 5 processos de alimentos, que continuam todos pendentes.

Não se registou nenhum caso de investigação de paternidade. Na rubrica “*diversos*”, registaram-se 32 casos, 7 dos quais transitados dos anos anteriores. Desse total, 8 foram resolvidos por conciliação, 7 foram encaminhados para o tribunal, tendo transitado 17 para o corrente ano.

Os serviços desconcentrados do Estado mais importantes sediados na ilha são do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, da Saúde, dos Registos e Notariado e da Polícia de Ordem Pública.

Em termos de serviços desconcentrados municipais, só há existe uma delegação municipal em Tarrfal de S.Nicolau.

2.3.2. O trabalho realizado na missão a S. Nicolau

A) Notícia geral

O encontro com o Presidente da Câmara realizou-se no dia 30 de manhã. À tarde do mesmo dia a delegação partiu para a vila do Tarrafal, onde se reuniu com a população, para no dia seguinte reunir-se com a população da vila de Ribeira Brava.

B) Reunião com o Presidente da Câmara:

O sr. Presidente da Câmara, Dr. Benvindo Oliveira, que é membro do Comité, pôs a delegação a par dos grandes problemas com que, na sua perspectiva, a ilha se confronta em matéria pertinente aos direitos humanos.

Disse (além de muito mais, que vem reflectido no relato da reunião com a população da vila) o seguinte:

A população é ordeira, mas existe muita pobreza e muitos problemas sociais para as mulheres e para os jovens e adolescentes, ligados à emigração para Itália, por um lado, e, por outro, a uma certa indiferença a que os Governos votam a ilha, que, de certo modo, é discriminada.

Considerou ser de algum modo fruto desse desinteresse e dessa discriminação o facto de a Vila da Ribeira Brava não ter ainda concorrido a património da Humanidade, uma vez que, a seu ver, reúne todas as condições para o efeito.

Disse ainda que o Ministério da Educação penaliza a ilha, considerando-a ora de problemas e não lhe concedendo apoios iguais às outras, pelo facto de ter estruturas (nomeadamente escolas) bem organizadas. Assim, de certo modo castiga-a e faz-lhe pagar pelo esforço de todos nesse sentido, um esforço que é cultural.

Quanto à situação das emigrantes de S. Nicolau na Itália, afirmou que as mulheres emigrantes trabalham até envelhecer sem conseguir amealhar praticamente nada. Quase não saem de casa e tem folga apenas às quintas feiras e domingos.

Felizmente existe o “*Tra Noi*”, uma instituição religiosa que acolhe emigrantes.

Não conseguem estudar. Mas uma ou outra que prossiga os estudos não encontra enquadramento compatível no mercado de trabalho italiano.

A emigração para a Itália constitui uma verdadeira violência - concluiu.

Um grande problema com que essa comunidade emigrada se tem defrontado é o alcoolismo na camada feminina.

Fazendo uma comparação entre a situação actual de S. Nicolau e a do Sal, afirmou que, enquanto os problemas deste ultimo têm a ver com o desenvolvimento, os de S. Nicolau são de não desenvolvimento.

Referiu que a população de S. Nicolau está a decrescer segundo os dados do censo de 2000 e que a população actual é de 13.600 habitantes.

A taxa de natalidade é alta, mas existe uma grande fuga de jovens para o Sal, que se transformou num novo ponto de destino da emigração das gentes de S. Nicolau. Há uma forte corrente migratória actualmente para o Sal.

Sobretudo gente originária do interior da ilha, pois da Ribeira Brava raras são as pessoas que demandam o Sal em busca de trabalho.

A exemplo da emigração “*italiana*” – continuou o edil sanicolense -, a emigração para o Sal é também mal sucedida. É comum ouvir-se dizer que determinada jovem foi viver para o Sal e voltou sem nada e com um filho nos braços.

A vila da Ribeira Brava defronta-se actualmente com um problema de envelhecimento da sua população. A maior parte dos residentes é constituída por velhos.

Este, em resumo, o que disse o Presidente da Câmara.

B) Os problemas levantados no encontro na vila do Tarrafal:

No encontro da delegação com a população da Vila do Tarrafal, foram levantados os mais variados problemas, tendo-se centrado a atenção dos presentes sobretudo nos problemas de menores.

Os menores em situação problemática são sobretudo filhos de pescadores e de jovens que demandam o Sal em busca de trabalho. E são sobretudo problemas oriundos da família.

Com efeito, como referiu um participante, as crianças crescem com muitos traumas, pois que, sendo normalmente filhas de mães muito jovens e sem meios de sobrevivência, estas saem da ilha em busca de emprego e deixam os filhos ao cuidado dos avós, que, a maior parte das vezes, não têm capacidade financeira, nem disponibilidade pessoal para os educar convenientemente.

Muitas vezes essas crianças não sabem quem são os pais, o que tem reflexos negativos no seu comportamento na escola. Mas também acontece em relação a pais que se encontram na ilha deixarem os seus filhos ficar a cargo dos avós.

Quanto a problemas de idosos, foi referido que estes não têm protecção, sendo muito comuns os casos de velhos que vivem sós e abandonados. Às vezes aparecem mortos sem que ninguém tenha dado por isso. A solidariedade familiar não tem funcionado neste ponto já que nem os próprios filhos querem saber dos seus pais que são velhos.

Há um centro de idosos no Tarrafal, mas que, segundo foi referido por um participante, funciona em péssimas condições. O centro foi criado pela Câmara Municipal com o apoio da Cruz Vermelha. Os velhos comem lá, mas não há qualquer equipamento de lazer. São um total de 45 velhos, para além de mais 10 idosos que recebem comida em casa. Há velhos em más condições de saúde e de alimentação.

Há também outras pessoas vulneráveis que não conseguem comprar comida ou medicamento.

Existem muitos doentes mentais completamente desprotegidos quer pelo Governo, quer pela sociedade civil.

Não existe um estudo para se saber quem deve ou não pagar por cuidados básicos de saúde e outros.

Há muita falta de civismo e educação. A linguagem social é agressiva no Tarrafal. Os adultos não respeitam as crianças e vice-versa.

As mulheres das camadas economicamente mais débeis não gozam de nenhuma protecção no emprego. Normalmente, são empregadas domésticas e são despedidas sem mais nem menos. O trabalho doméstico é extremamente precário e sem qualquer garantia.

Existem muitos menores abandonados. O cais da Vila funciona como dormitório para as crianças de e na rua.

Esse fenómeno tem particular incidência no seio dos filhos dos pescadores. Os pais vão à pesca, as mães vão vender o peixe e eles ficam entregues à sua sorte. Aparentemente são agressivas, mas são muito dinâmicas: sabem pescar, vender e tratar o peixe. Em suma, lutam pela sobrevivência diária.

Existe também alguma exploração por parte de pescadores que fazem trabalhar os menores, mas depois entregam o dinheiro às famílias e não a esses menores.

Há crianças de dez a doze anos a executarem praticamente trabalho forçado. Essas crianças de e na rua são muito agressivas entre si e para com os outros. Como trabalham na faina da pesca trazem normalmente consigo faca, o que pode ser utilizado como arma de agressão. Deveria ser feito um trabalho com eles.

No que respeita ao abandono escolar, foi referido que, no ano passado foi feito um levantamento sobre a situação, na sequência do que algumas crianças voltaram para a escola, mas outras regressaram novamente à rua.

A lei de proibição de entrada e permanência de menores em casas de venda de bebidas alcoólicas e de diversão nocturna não vem sendo aplicada.

Fez-se também referência aos menores sem registo, situação que se deve, segundo um presente, a três ordens de factores: afastamento dos serviços de registos do local de residência; falta de dinheiro para pagar as despesas de deslocação e o próprio registo; divergências entre os pais a propósito da paternidade da criança.

Acerca disso, questionou-se se não seria de se pensar na realização gratuita de registos de nascimento, tendo em conta que todos têm direito ao nome. Saliu-se que o pagamento inibe as pessoas que não têm dinheiro de fazer o registo quando ele é tardio.

Questionou-se igualmente se não seria possível as próprias escolas serem incumbidas de fazer o registo. Foi referido que há dificuldades na realização de registos, mas facilidades excessivas na correcção e alteração.

As crianças no Tarrafal começam a ter comportamentos que antes só eram vistos em S. Vicente e na Praia, designadamente, andar a pedir esmolas na rua. E preciso dar continuidade as campanhas de sensibilização contra essa situação.

D) Os problemas levantados no encontro na Vila da Ribeira Brava:

Na reunião na Vila da Ribeira Brava, que, como se disse acima, se realizou no dia 1 de Outubro, o primeiro interveniente (que foi o Presidente da Câmara Municipal) começa por criticar que todos os serviços estão na Praia. Está o IADE, está o IEFP, etc.

Disse que a ideia de que hoje estamos no mesmo lugar e as comunicações estão desenvolvidas não é clara.

É preciso – acrescenta - defender também os direitos das minorias, designadamente, das comunidades pequenas.

A televisão e a rádio só passam as coisas más para S. Nicolau. As notícias boas e de coisas boas não aparecem. O mesmo interveniente diz que se deturpa tudo em relação a essa ilha: refere, para ilustrar isso, que uma revista conceituada traz nomes de heróis de S. Nicolau; e após citar alguns desses nomes, pergunta por que razão não está o dele interveniente e de outras pessoas que indica. Às vezes vê-se na internet o que não se vê na comunicação social. Falta uma comunicação social justa e activa.

Referiu que em S. Nicolau não existe direito a comunicação social, sobretudo televisão. S. Nicolau não tem voz na comunicação social.

Ao que um outro participante acrescentou que o direito de expressão tem de ser responsável e tem de ser harmonizado com o direito ao bom nome e à imagem. Em Cabo Verde cada um diz o que quer.

Os presentes questionaram igualmente a propósito do direito de acesso à comunicação social se a comunicação social deve substituir a Justiça, isto é, se cada um pode julgar o outro em público como quiser.

A propósito de liberdade em geral e não só liberdade de expressão, insistiu-se muito na necessidade de fazer ressaltar os seus limites, ou seja, fazer-se a pedagogia de que a liberdade de cada um vai até onde não contende com a liberdade do outro.

Um participante realçou a necessidade de se respeitar o direito ao silêncio e ao descanso e, neste caso, jovens e velhos têm responsabilidades na sua violação.

Na verdade, como referiu, há zonas em que não se consegue dormir um dia, acrescentando que, em Juncalinho, por exemplo, não se dorme durante os três meses de férias escolares.

A violação da liberdade tem sido em cadeia. O jovem tira a liberdade do velho. O homem tira a liberdade da mulher. A liberdade da mulher tira a liberdade da mulher.

O que esta na Declaração dos Direitos do Homem é mal interpretado. A liberdade existe dentro dos limites do direito.

Alguém referiu que, antigamente, havia uma cadeira de Religião e Moral e Educação Cívica e que a escola terá que passar a preocupar-se com essas questões de novo.

Foi igualmente referido que existem na Vila Ribeira Brava problemas e situações muito graves relativos a menores, tais como paternidade e maternidade não assumidas; gravidez precoce; prostituição infantil; violações de menores; a crise da instituição familiar; a violência doméstica sob as suas mais diversas formas, a saber:

- Violência psicológica quando o marido não deixa a mulher frequentar uma associação;
- Violência física de pai para filho, com agressões físicas excessivas como forma de educação;
- Trabalho juvenil, porque a criança tem que ajudar em casa.

Outro problema grave quanto a menores é a fraca capacidade de resposta da Justiça. A este propósito foi referido que há situações em que as mães metem acções de alimentos para menores e desistem delas porque a morosidade da Justiça é grande.

Ainda quanto à Justiça, referiu-se que as pessoas de baixa renda têm grandes dificuldades de acesso a justiça e que inexistem estruturas de aconselhamento para os jovens e as mulheres. A justiça, além de morosa, é praticamente inacessível aos mais carenciados.

No que respeita à educação, referiu-se um problema de discriminação entre crianças. O seguinte:

- As crianças tem direito à educação e têm acesso à escola a partir dos seis-sete anos. Entretanto, os meninos que vão ao jardim infantil ficam em situação de vantagem relativamente aos outros em termos de aprendizagem.

- Às vezes não há mesmo jardins para crianças de certa localidade. As crianças que não vão aos jardins ficam frustradas.

A esse propósito, alguém foi mais longe dizendo que a criança tem o direito ao pré-escolar e esse direito não está a ser respeitado, tendo questionado se não se deve obrigar os órgãos nacionais de educação (o Estado, portanto...) a garantir o pré - escolar.

Dentro do âmbito de problemas de educação, questionou-se se não se estaria a violar o direito de associação das pessoas quando se diz que os pais devem constituir associações de pais para fazer face a inúmeros problemas no sector da educação, prejudicando os pais que não se associem para esse fim.

Outra pessoa, a propósito dessa mesma questão, opinou que as organizações internacionais impõem a criação de associações para poderem conceder ajudas e disse que isso viola os direitos das populações porque a associação é um direito e não pode resultar de imposições.

Referiu-se que no corrente ano de 2002 a população estudantil em S. Nicolau aumentou e que na ilha quase todas as crianças vão ao ensino básico. Os melhores alunos são normalmente os alunos do interior da ilha. Entretanto, nem 50% dos que terminam o básico vão para o secundário. Não o fazem por falta de recursos dos pais, pois é muito caro para eles pagar propina, comprar livros, uniforme, pagar transporte. Tarrafal tem cerca de três mil e tal habitantes. Ribeira Brava tem dois mil e tantos.

Quanto aos critérios de acesso ao 11º e 12º anos, alguém referiu que os critérios estabelecidos pelo governo são maus e vão aumentar o nível de desemprego. Outrossim, muitos alunos terminam o 12º e caem no desemprego.

Questionou alguém se o Comité de Direitos Humanos iria ter alguma intervenção para evitar esse desemprego. O nível de pobreza da população em S. Nicolau é preocupante e há que cortar o mal pela raiz. No interior da ilha, há populações com

um nível de vida muito baixo, à procura de um mínimo de subsistência.

No que respeita aos doentes mentais, eles não são ajudados. Goza-se com eles.

No que respeita aos jovens, sobretudo os formados com o 12º ano de escolaridade, referiu-se que eles ficam bloqueados, pois não têm perspectivas. Em resposta a isso, alguém contrapôs, chamou a atenção para o facto de que a lei da competitividade exige hoje um diploma “exigente”.

O ensino hoje é mais quantitativo que qualitativo. O novo diploma exige qualidade e quantidade. E preciso pensar nas condições que garantam sucesso. “Educação, mas em que condições? - pergunta-se. O estabelecimento de uma média “x” para o 3º ciclo?.

Não se pode também esquecer o ensino profissionalizante. Há muitas oportunidades que tem sido desperdiçadas por razões de ordem político-partidária, para além da discriminação pelos mesmos motivos a partir de 1990.

E) Recomendações:

E) 1. Do encontro em Tarrafal:

A título de recomendações, a reunião no Tarrafal sugeriu o seguinte:

- a. A criação de espaços públicos onde os menores possam ver televisão e ocupar de forma útil os seus tempos livres;
- b. Fazer cumprir com maior rigor a lei;
- c. Fiscalização da actividade dos agentes policiais;
- d. Reforço do efectivo policial na ilha;
- e. Organização com urgência sessões de encontro com o jovens da Vila semelhantes ao que o Comité está a fazer no momento;

E) - 2. Do encontro na Vila da Riberia Brava:

Como propostas de solução para os vários problemas detectados, foram referidos os seguintes:

a) Haver mais deslocações de pessoas a S. Nicolau para eventos dessa natureza;

b) Os órgãos do Estado assumirem as suas obrigações de criação de condições para o acesso dos jovens de S. Nicolau ao 12º ano em condições de igualdade com os restantes do país.

c) É Necessidade de combater a mentalidade de que a única saída para os que tenham concluído o 12º ano é um curso superior. A lógica deve ser: cumular a aquisição do 12º ano com a atribuição de carteira profissional que permita ao titular conseguir emprego no mercado de trabalho.

d) Para além disso, o Estado deve garantir a todas as comunidades o direito de acesso à comunicação social e à informação e, designadamente, permitir a criação de meios de comunicação privados, pois nessa área existem dificuldades. Assim, não se percebe por que motivo os municípios não podem ter rádios, sem prejuízo da existência de órgãos de controlo para a responsabilização.

e) Necessidade das organizações não governamentais irem ao encontro dos problemas.

f) Criação de uma associação local, ou comissão ligada ao Comité dos direitos humanos, para ajudar na resolução dos problemas da ilha;

g) Necessidade de divulgação dos direitos. Necessidade de combinar a apologia dos direitos humanos com uma pedagogia adequada.

h) O Estado falar mais da assunção dos deveres de cidadania e não só dos direitos. É preciso insistir também na pedagogia dos limites dos direitos;

i) Necessidade de se fazer uma pedagogia do trabalho, pois há situações de pobreza que derivam da falta de vontade de trabalhar. O que incomoda é a situação de pobreza envergonhada: pessoas que são pobres e não o dizem;

j) O combate a pobreza tem que ter uma perspectiva de longo prazo. A educação é um instrumento fundamental de combate a pobreza. Os “*curricula*” escolares desempenham um papel importante nessa matéria;

k) A criação de estruturas condignas para acolhimento de doentes mentais. Poderão ser parentes próximos, apoiados para o efeito;

l) Maior investimento da Câmara Municipal nos jardins infantis;

m) Alguma atenção à problemática das famílias que não podem suportar o pagamento das mensalidades nos jardins.

n) O governo deve apoiar também nesse domínio. Há zonas onde existem infra-estruturas para o ensino pré-escolar e as crianças não conseguem pagar para as frequentar.

o) Há que clarificar a situação profissional e salarial dos agentes sanitários de base: são ligados à Câmara ou como? Não podem ficar na total insegurança.

p) Necessidade de criação de escolas de formação profissional, designadamente, oficinas de carpintaria;

Q) No âmbito do acesso a justiça, é preciso criar mecanismos de facilitação do acesso a justiça às pessoas mais carenciadas, pois apesar das conversas, na prática elas não têm acesso à Justiça;

2.4. Missão à ilha Boavista

2.4.1. Aspectos do perfil sociológico da ilha:

Boavista é a 3ª ilha do país em termos de extensão. Cobre uma área de 620 Km².

A densidade populacional é de 6,8 habitantes por Km². Em termos de recursos em solos, a ilha da Boavista tem 10 (ha) apenas de área para cultura irrigada e 81 (ha) para a actividade agro-silvo-pastoril.

O centro populacional mais importante da ilha é a Vila de Sal-Rei onde se situa a sede do Município. Tem um total aproximado de cerca de 5.000 mil habitantes. É uma ilha predominantemente turística.

Em termos de equipamentos educativos, dispõe de estabelecimentos do EBI e de estabelecimentos de ensino secundário.

Quanto à Justiça, dispõe presentemente de um tribunal de comarca de 2ª classe, com competência genérica, a frente do qual se encontra um magistrado judicial que até há poucos meses, ou dias, não era licenciado. Para o corrente ano de 2002 já dispõe de magistrados licenciados. À frente da Procuradoria da Republica encontra-se um magistrado do Ministério Público licenciado.

Quanto a movimento processual na Procuradoria da República e no Tribunal, os dados relativos ao ano de 2001 são os seguintes:

Tribunal:

Processos Cíveis: De um total de 77 processos transitaram para o corrente ano de 2002 10 processos, tendo sido julgados 67;

Processos Crime: De um total de 45 processos, transitaram para 2002, 10 processos, tendo sido julgados 35;

Procuradoria da República:

De um total de 140 processos pendentes, foram resolvidos 104, tendo transitado para 2002, 34 processos.

Os serviços desconcentrados do Estado mais importantes sediados na ilha são do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, da Saúde, dos Registos e Notariado e da Polícia de Ordem Pública.

2.4.2. O trabalho realizado na missão à Boavista:

A) Notícia geral:

O encontro com o Presidente da Câmara, breve, mas útil, realizou-se no dia 26. No mesmo dia à tarde foi efectuada uma reunião com alguns representantes de organizações da sociedade civil, vereadores, professores, etc. Relativamente breve, pois essas pessoas estariam, em princípio, presentes no encontro com a população marcado para o dia seguinte, ainda na Vila de Sal Rei.

B) O encontro com o Presidente da Câmara, Dr. José Pinto Almeida:

No encontro, o Presidente pôs a delegação a par dos problemas sociais mais candentes com que, na sua perspectiva, a ilha se vem confrontando no momento.

Tais preocupações vão referidas a seguir de forma resumida:

O Sr. Presidente da Câmara pôs uma tónica especial nos problemas relacionados com a carência da habitação, provocada pelo aumento considerável do fluxo migratório interno para a ilha, e de mão de obra qualificada sobretudo para os trabalhos de construção civil em curso na ilha.

A esse propósito referiu que actualmente a faina da pesca é feita quase que exclusivamente por naturais Santiago (designadamente de Sta Cruz), sendo poucos os naturais da Boavista que se vêm dedicando a esse trabalho.

Segundo referiu, o trabalho de construção civil na ilha é feito sobretudo por gente de Santo Antão, salientando que começa a vir também gente do Fogo para o mesmo efeito. Gente de S. Vicente trabalha mais em hotelaria.

Essas pessoas vivem quase todas em barracas por falta de habitação na ilha.

Referiu também que começam a surgir problemas com os cidadãos da CEDEAO vindos do Sal, em consequência de medidas aí tomadas, pois começam a perturbar os turistas. Esses cidadãos também vivem na rua.

Há falta de casas na Boavista até para técnicos. A renda de um T1 na Boavista anda a roda dos 20.000\$00.

Como forma de superar o problema de alojamento dos trabalhadores de fora que vêm trabalhar na construção civil, a “*Lorenzi Construções*” e “*Euroturística*” acordaram que construirão casas para eles, em substituição das barracas por eles improvisadas.

Há um protocolo com o IFH em que, em contrapartida de casas construídas por este, o Município cedia-lhe uma extensão considerável de terreno para construção. Este protocolo não vem sendo cumprido pelo IFH.

Os problemas ligados ao mercado de trabalho resultam sobretudo da fraca qualificação da mão de obra local. É muito difícil encontrar, por exemplo, um operário qualificado na ilha. Eles tem que ser recrutados fora.

Quanto à situação do turismo e às receitas que proporciona à ilha, referiu que dentre os turistas que visitam a ilha há uns que gastam, outros não. Os portugueses e alemães, por exemplo, gastam, enquanto que os italianos não o fazem.

Em termos de equipamentos educativos, referiu que os problemas situam-se a nível da manutenção e pintura e não da falta desses equipamentos

Por último referiu que nas barracas, há crianças vindas das ilhas com os negociantes e com os trabalhadores.

C) Os problema levantados no encontro da Vila de Sal Rei

Como nota preliminar, refira-se que os problemas relacionados com o turismo, levantados na reunião pública realizada na Boavista, são praticamente coincidentes com os levantados no Sal, salvaguardadas as devidas proporções decorrentes de diferenças várias: quer do número inferior da população, quer do menor desenvolvimento turístico e de infra-estruturas.

Realce-se também, desde logo, que houve um problema que mereceu um destaque especial na aludida reunião: a situação dos jardins infantis da ilha e das monitoras que neles trabalham.

A propósito disso, foi referido que existem um total de 5 (6?) jardins infantis, sendo que 3 são da OMCV, 1, em Fundo das Figueiras, da paróquia e mais 1, com três salas, na Vila, da “Promoção Social”.

Todos os intervenientes sobre este tema referiram que trabalhar em jardim infantil na Boavista só por boa vontade.

Os pais ajudam pouco, salvo no caso do jardim de Fundo Figueiras em que os pais se interessam pelo jardim. As crianças vão ao jardim praticamente só para brincar e não aprendem muita coisa.

A situação das monitoras é difícil porque o seu vencimento é bastante aleatório e depende na maior parte dos casos das quotas pagas pelos pais, o que nem sempre acontece.

No caso do jardim da Promoção Social, as monitoras só recebem quando há verba na Câmara Municipal disponível para o efeito.

O jardim da Vila da OMCV não recebe apoio da Câmara. Os de Estância de Baixo e de Povoação Velha recebem um apoio de 3.200\$00 mensais. Há uma grande falta de material escolar.

A propósito do turismo, foi referido que o desenvolvimento traz problemas sociais a Boavista que configuram casos graves de violação de direitos humanos, tendo sido sublinhado que o desenvolvimento turístico irá colocar a Boavista numa situação difícil.

Exemplificativamente, referiu-se ao trabalho ilegal de menores e à especulação imobiliária, apelando a uma maior intervenção das autoridades públicas cabo-verdianas para pôr termo a tais situações.

Na linha de idêntica preocupação, falou-se igualmente do choque de culturas entre os residentes e os turistas, nomeadamente em relação a práticas não aceites entre nós, como o nudismo.

Foi também referido que tem havido algum problema de integração entre as crianças locais e as crianças de outras ilhas, actualmente residentes na Boavista, sobretudo as oriundas de Santiago.

Normalmente essas crianças são consideradas agressivas e violentas pelo facto de ameaçarem “matar” as outras, quando há algum conflito entre elas.

Algumas dessas crianças, as de dois a três anos, acompanham os pais que vão trabalhar na Boavista. As outras, de doze a treze anos, deslocam-se sozinhas e vivem em barracas, dedicando-se algumas delas ao tráfico de droga. Às vezes, vêm-se crianças do jardim a altas horas da noite nas ruas da Vila.

Alguém referiu que a Boavista recebe emigração das outras ilhas e da costa africana. Todos os dias há conflitos de raça. Os da Boavista querem melhores salários (na construção civil) e melhor habitação.

Falou-se da existência de violações graves dos direitos dos trabalhadores.

Referiu-se a esse propósito à situação dos trabalhadores dos hotéis e restaurantes da ilha, contestando os baixos salários

praticados e a violação do direito a férias remuneradas dos estagiários.

Referiu-se também que há trabalhadores que são ameaçados de despedimento, em caso de filiação em sindicatos.

Que regra geral, na ilha, os contratos de trabalho são verbais e a termo.

Que há trabalhadores que têm medo que os patrões saibam que estão filiados em sindicatos.

Há segurados a espera de evacuação para consulta na Praia ou S.Vicente há um, dois anos ou mais anos.

Falou-se que há violações de direitos nos tribunais. Por negligencia dos funcionários judiciais (prescrição, infuncionalidades dos tribunais).

Um participante interpelou a delegação sobre o entendimento que tem a respeito da realização por um lado dos direitos civis e políticos e por outro dos direitos económicos, sociais e culturais. Essas preocupações foram respondidas pela delegação com algum pormenor.

A autoridade policial na ilha referiu a existência de meninos de 12 anos sem pais na ilha. São originários da Praia.

Referiu-se igualmente a maus tratos de menores pelos pais (açoite com chicotes até deixar marcas), incidindo no caso de um professor que arrancou a orelha a um aluno.

Segundo ele, a Policia normalmente comunica todos os casos ao Tribunal, mas o não funcionamento ou o funcionamento deficiente deste dificulta o trabalho da Polícia.

Alguém referiu que violações dos direitos humanos acontecem todos os dias. No seio familiar, nas empresas (trabalhador/patrão) e na administração.

Que não existe igualdade dos cidadãos.

Que há diferenças entre a vida real e a teoria.

Que há situações de violência policial.

Foi também referido que há situações de violações de menores, mas que os familiares aceitam o facto passivamente. Cria-se uma situação de deixar passar.

Continua a haver consumo de bebidas alcoólicas por parte de menores, apesar da proibição legal.

As crianças estão proibidas de frequentar casas nocturnas de espectáculos, mas, entretanto, participam em espectáculos para adultos nesses locais com trajes inadequados para a idade.

Fez-se referencia a forma respeitosa como a policia trata os turistas que fazem nudismo, questionando-se se esse mesmo tratamento seria dispensado a nacionais que estivessem na mesma situação.

Alguém referiu-se à infuncionalidade da Inspeção do Trabalho e a Direcção Geral do Trabalho e Emprego.

Alguém referiu-se também ao excesso de burocracia, salientando que as vezes se perde um dia para pagar um selo de quatro escudos, numa repartição.

Há casos de aborto clandestino, que constituem uma violação ao direito a vida.

No que respeito à protecção do consumidor, foi referido que os direitos deste não são tidos em conta.

Há também violações menos graves que resultam do não cumprimento dos deveres.

Um participante referiu que a juventude e a sociedade estão abandonadas. A juventude em particular não sabe quais são os seus direitos. Não há centros de juventude, nem de aconselhamento.

Alguém referiu que os direitos à saúde, à informação e à educação são muito violados no meio rural e que existe falta

de capacidade de resposta das autoridades (Câmaras Municipais) a tais violações.

Há violações de direitos nos tribunais. Por negligência dos funcionários judiciais (prescrição, infuncionalidades dos tribunais).

Passa-se de seguida a dar conta de propostas, sugestões e questionamentos colocados pelos presentes visando melhorar a situação actual. Assim:

Alguém sugeriu que periodicamente deveria haver reuniões com as populações sobre os direitos humanos semelhantes à que se realizava no momento.

Foi igualmente referida a necessidade de uma maior divulgação dos direitos humanos e de elaboração de um plano estratégico de defesa e promoção desses direitos.

Outro participante alertou para a permanência dos conflitos de classes e para a necessidade de haver órgãos extra-poder para ajudar os mais fracos.

Um participante chamou a atenção para a necessidade de não se dissociar direitos dos deveres. Para ele, quem não cumpre deveres não pode exigir direitos.

Alguém questionou se o apoio das Nações Unidas é só para realização do Plano ou também para a sua implementação. E quais as acções que deverão ser cumpridas? Dentro de que tempo: 5 ou 10 anos?

Chamou-se também a atenção para a inevitabilidade do choque cultural e do crescimento da população residente, em consequência do desenvolvimento do turismo, alertando para a necessidade de se começar a prever desde já soluções para contornar os problemas e para defender a cultura nacional, em particular a língua nacional na medida em que se vem verificando uma grande utilização de vocábulos e expressões estrangeiras na comunicação oral quotidiana.

Realçou-se a necessidade de algumas instituições terem mais pulso e desempenharem mais e melhor a sua missão.

A propósito disso, realçou-se que é preciso estabelecer o devido equilíbrio, dotando a ilha de instituições que possam acompanhar o seu desenvolvimento.

Alguém referiu que é preciso criar uma sociedade multicultural e prevenir também a violação dos direitos dos cidadãos estrangeiros residentes ou não no nosso país.

Aventou-se também que a nomeação de um Provedor da Justiça poderá trazer um contributo útil no âmbito da protecção dos direitos do homem.

Um operador turístico estrangeiro em actividade na Boavista referiu que a influência turística será sempre importante, mas salientou que a cultura, a realidade cabo-verdiana e os cabo-verdianos terão que ser sempre respeitados.

Referiu igualmente que Boavista é um concentrado de problemas, acrescentando que todas as instituições que puderem ajudar, designadamente, o Promex, as Câmaras, o IADE, deveriam fazê-lo.

Referiu que, no seu caso particular, instalou-se na Boavista em busca de algo de positivo em Cabo Verde, por isso não quer vê-lo destruído pelo turismo.

Daí que seja preciso salvaguardar o património nacional e estabelecer parcerias com investidores nesse âmbito. O turista vem ver coisas que não existem na sua terra. É preciso pôr um travão à invasão, não de quantidade, mas sim de falta de educação e respeito, que muitos turistas e investidores não têm, ou não demonstram.

D) Recomendações:

a) Presença na ilha de uma representação do ICM;

b) Uma maior intervenção dos tribunais nas questões. As pessoas não tem conhecimento e pensam que as escolas podem resolver os problemas dos menores;

c) Colocação na ilha de alguém para quem as pessoas possam ser encaminhadas para esclarecimento ou resolução de certos problemas. Um defensor público eventualmente.

d) Criação de uma instituição dedicada especificamente aos direitos das famílias, combinada com um trabalho de permanente divulgação desses direitos.

e) Criação de uma instituição para fiscalização do cumprimento da lei laboral que é sistematicamente violada na ilha, às vezes de forma deliberada.

f) Necessidade de uma representação do Promex na ilha;

g) Necessidade de maior atenção à protecção do ambiente e à formação profissional.

H) Reforço da capacidade policial instalada na ilha.

I) Maior atenção aos funcionários transferidos para a ilha, que são praticamente largados à sua sorte numa ilha com um custo de vida elevado e uma grande carência de habitação.

J) Necessidade de criação de uma estrutura ligada aos direitos humanos na ilha;

K) Necessidade de adopção de medidas de protecção e preservação da cultura cabo-verdiana, entre outras razões, por se tratar também de um produto turístico.

3. Conclusões finais:

São válidas e em termos gerais extensivas à missão às ilhas do Sal, S. Nicolau e Boavista as conclusões do relatório às ilhas de S. Antão e S. Vicente.

Verifica-se uma grande maturidade dos cidadãos, que participam desinibida e responsabilmente, fruto sem dúvida de todo o desenvolvimento democrático ocorrido no país desde a Independência Nacional até hoje.

Entretanto, permanecem referências ao medo e à discriminação por razões políticas, situações inibidoras da livre expressão do pensamento.

Foi muito comum a referência à necessidade de perspectivação dos deveres, atribuindo-se muitos males e até uma certa crise de autoridade ao excesso de direitos em relação aos deveres.

É, por outro lado, notório que a população das três ilhas sente necessidade de segurança, expressa no reclamar de aumento dos efectivos policiais.

Não parece que a população tenha má imagem da Polícia, excepto no que toca a alguma crítica por tratar mais benevolmente o turista que o nacional em certas circunstâncias (como quando tolera o nudismo), bem como algumas críticas gerais de comportamentos menos adequados de certos policiaes.

Enquanto nas ilhas do Sal e Boavista as preocupações com problemas derivados do turismo são mais relevantes, na ilha de S. Nicolau existe outra ordem de problemas centrais, quais sejam os relativos à pobreza extrema (também existente em alguma medida na Boavista, mas não no Sal), à emigração (para Itália e para a ilha do Sal), aos menores, à marginalização e discriminação da ilha, nomeadamente pela comunicação social, etc.

Verifica-se uma grande preocupação com problemas de identidade cultural, face ao turismo em desenvolvimento, ou instalado (caso da ilha do Sal, que se cita como processo a não imitar, isto é, a estudar para evitar os mesmos erros).

Mas o mal mais grave detectado terá sido em relação à situação de mulheres (quer no âmbito laboral, quer no familiar), crianças e adolescentes.

Decididamente que os excluídos hoje no processo de globalização têm uma consciência diferente dos excluídos dos processos de acumulação primitiva do capital ocorridos na Europa: reivindicam, em nome dos direitos humanos.

Isso revela-se no apelo ingente feito em todas as reuniões com a população no sentido de haver mais presença de Estado (através de técnicos e órgãos como a Inspeção do Trabalho) e também mais presença de organizações de trabalhadores (sindicatos) e, acima de tudo, organizações ou activistas de direitos humanos.

Praia, 27 de Novembro de 2002

Relatou:

Rui Araújo
Consultor Nacional para a elaboração do PNADH

